

## **Leituras da Colonização Portuguesa no Brasil do Século XX.**

Maria Emilia Prado.\*

Os decênios de 1920/30 foram momentos decisivos no processo de transformação da vida política e cultural do Brasil, uma vez que a sociedade brasileira passou por um processo caracterizado pela aceleração das atividades industriais nos principais centros urbanos do país: São Paulo e Rio de Janeiro levando a que, progressivamente, a indústria pudesse ir-se impondo. Ao mesmo tempo as cidades começavam a ganhar importância rompendo, ainda que muito lentamente, a supremacia da vida rural. No campo intelectual, este foi um momento caracterizado pelo incremento das interpretações em torno da questão da identidade cultural. Nesse sentido, um certo número de intelectuais voltava sua atenção para a valorização da experiência histórica e cultural norte-americana, concebendo-a como um caminho possível a ser seguido pelo Brasil para o ingresso definitivo no mundo moderno. Havia, porém, os que permaneciam fiéis ao modelo europeu como meio capaz de propiciar a eliminação dos resíduos coloniais, vistos como responsáveis pelo atraso político, cultural e econômico do Brasil nessas primeiras décadas do século XX.

Em meio a este cenário, destacam-se as reflexões feitas por: Oliveira Vianna, esboçadas em sua obra *Populações Meridionais do Brasil*,<sup>1</sup> que num movimento contrário, apontava para a valorização do passado brasileiro bem como para a contribuição da colonização lusitana, indicando a necessidade de se promover a modernização econômica e social do Brasil a partir da valorização dos traços culturais herdados do período colonial. Em caminho oposto situa-se a obra de Paulo Prado *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*,<sup>2</sup> tentativa de análise dos males oriundos da herança portuguesa, situando-os no terreno da psicologia e da cultura.

Para os intelectuais brasileiros, a questão nacional sempre se apresentou como um desafio e na formulação de suas análises, a temática da manutenção/ruptura com o legado lusitano possui lugar destacado. A adoção

de medidas institucionais e sociais capazes de viabilizar a construção no Brasil do modelo político e social que define a modernidade, implicava na quebra dos modos tradicionais de construção do Estado a partir dos interesses hierarquizados e segmentados. Nesse embate de idéias e práticas políticas, o Brasil pôde implantar instituições políticas próprias ao mundo moderno, leia-se anglo-saxão, mas é possível também se constatar a permanência de práticas políticas que não se coadunam com esta modernidade e que indicam a estabilidade dos valores lusitanos.

A questão da herança colonial, foi objeto central nas reflexões de Oliveira Vianna. Suas análises diferenciavam-se dos antecessores, em primeiro lugar, porque eram apresentadas como embasadas nos referenciais da Sociologia bem como do Historicismo alemão. Leitor de Sombart e Weber, Oliveira Vianna estruturou o conjunto de sua obra utilizando-se da metodologia de pesquisa própria da Sociologia alemã. Pretendeu realizar uma avaliação que fosse objetiva, crítica e exaustiva da estrutura social brasileira, para a partir do entendimento do modo como se estruturou essa sociedade, propor as mudanças necessárias para torná-la uma nação moderna.

O primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil*, foi publicado em 1920 e teve como editor Monteiro Lobato. Num curto período de tempo a obra ganhara mais duas edições, fato inédito para os padrões da época. Ressalte-se, ainda, a enorme receptividade do meio intelectual, fato que muito contribuiu para que, em 1924, Oliveira Vianna fosse eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sem dúvida *Populações Meridionais do Brasil* nascia para ser um clássico do pensamento social brasileiro. Com uma receptividade ímpar, foi imensamente festejada à época de seu lançamento, mas, tornou-se objeto de severas críticas a partir do decênio de 1950, por considerarem Oliveira Vianna elitista e seus textos repletos de concepções racistas. De toda maneira, há que se considerar a força dessa obra, capaz de ter despertado um conjunto sem precedentes de críticas positivas e negativas.

Nascido em 1883 no interior da então província fluminense, Oliveira Vianna estudou Direito e se dedicou ao jornalismo e ao magistério. Foi, porém, enquanto cientista social que buscou compreender a realidade político-social

brasileira e apresentar um projeto capaz de viabilizar a construção, no Brasil, de um Estado Nacional integrado. No prefácio de *“Populações Meridionais do Brasil*, esclarecia seus objetivos e o método com o qual trabalharia. Narrando um incidente ocorrido no interior do Estado do Rio onde teria ouvido de alguns moradores que um dos grupos políticos envolvidos no incidente apelariam “para o governo da Bahia”.<sup>3</sup> Estranhara o fato mas lembrara-se que há cerca de século e meio atrás o governo da Bahia regia, como sede do governo geral, a capitania do Rio de Janeiro. “Esse elemento fez-me compreender o valor do elemento histórico na formação da psicologia dos povos”.<sup>4</sup>

Considerando a sociedade brasileira na sua condição de colônia e ressaltando o papel dos traços culturais ibéricos herdados de Portugal, buscava realizar seu diagnóstico sobre o Brasil.

*“O que devemos fazer, para melhorar o teor de nossa vida pública, não é imitarmos os ingleses e querermos ser como eles (...) O que devemos fazer é aceitar resolutamente a nossa condição de brasileiros e as conseqüências da nossa ‘formação social’ e tirarmos todo o partido disto”.<sup>5</sup>*

Oliveira Vianna, recusava-se a aceitar que a importação de modelos políticos e/ou jurídicos pudesse contribuir para tornar o Brasil um país moderno. Ao contrário, acreditava que as soluções para o Brasil deveriam ser buscadas a partir da observação da sociedade existente no Brasil e só então se buscar os meios de introduzir mudanças que não deviam, porém, desconsiderar a realidade existente.

Dessa maneira, a Oliveira Vianna interessava compreender o tipo de unidade da estrutura social, ou seja do indivíduo que existia na sociedade brasileira. É nele que centraria, em larga medida, o seu enfoque. Ele é extremamente preocupado, então, com o tipo de povoamento e de ser humano próprio de cada uma das diferentes regiões do Brasil, visto que o povoamento

se distribuía pelas regiões de modo relativamente diversificado. Ele era antes de tudo um observador dessa realidade, procurando decifrar os pontos que, à primeira vista, apresentavam-se mais obscuros ou de difícil compreensão. A estrutura social brasileira é produto da história e o passado não pode ser corrigido. Dessa forma, deve-se examinar o presente com vistas a apontar os traços mais salientes desta contemporaneidade, com vistas a buscar as soluções mais adequadas para que determinados vícios possam ser sanados ou superados.

Qual é, portanto, o ponto de partida do conjunto de observações de Oliveira Vianna sobre a estrutura social brasileira? Este reside na identificação da estrutura social brasileira como sendo uma estrutura de tipo patriarcal, ou dito de outra maneira, uma estrutura social clânica, baseada em clãs, em famílias que se compunham não só dos elementos a ela vinculados por laços de sangue, mas também por um grande número de agregados.

*“O regime de clã, como base da nossa organização social, é um fato inevitável entre nós, como se vê, dada a inexistência, ou a insuficiência de instituições sociais tutelares e a extrema miserabilidade de nossas classes inferiores (. . .). O espírito de clã torna-se assim um dos atributos mais característicos das nossas classes populares (. . .). O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem da caravana, o homem que procura um chefe. . .”<sup>6</sup>*

É a família extensa que dá este matiz de clã, de uma estrutura patriarcal ou senhorial que está na base das observações de Oliveira Vianna. O que decorre da existência de uma estrutura social baseada no elemento clânico, senhorial, ou familiar? Decorre em primeiro lugar, a tendência a que essa estrutura social se incline para uma vertente doméstico-privatista, ou seja, que os elementos de controle social existam dentro do próprio clã ou da própria família extensa. A obediência é de tipo tradicional. Ela não decorre do tipo de

obediência encontrada numa sociedade industrial moderna que é uma obediência advinda do cálculo. Do cálculo racional em relação aos fins, como diria Max Weber.<sup>7</sup> Os elementos de controle social que se projetam na vida política e dão a essa estrutura social o seu caráter patrimonialista - que Oliveira Vianna percebe com argúcia- estão vinculados à existência da família extensa, mas eles dependem também de um outro elemento que é a propriedade da terra.

*“Essa ascendência, donde vem ela, então? Do orgulho do sangue fidalgo? Este pode dar a esses aristocratas a empáfia, a soberba, o espírito de casta, o aristocrático afastamento da plebe. Não explica, porém, a força, de que eles dispõem em homens, em dinheiro, em dominação direta e real sobre o povo. Qual, então o fundamento desse prestígio, dessa ascendência, desse poder incontestável? (. . .) É sobre a sesmaria, sobre o domínio rural, sobre o latifúndio agrícola e pastoril que ele se assenta...Ele é que classifica os homens. Ele é que os desclassifica.”<sup>8</sup>*

Oliveira Vianna a partir da identificação dessa forte presença do clã, procurava compreender o significado do localismo na vida política brasileira que levou a

*“Despreocupação do interesse coletivo, ausência de espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva, carência das instituições corporativas em prol do interesse do ‘lugar’, da ‘vila’, da ‘cidade’”.<sup>9</sup>*

Alertava para o fato de que a presença dessa estrutura clânica foi responsável pela constituição de uma ordem privatista que se opõe, como uma espécie de muralha às tentativas do poder político de impor um poder centralizado. Na medida em que a estrutura sócio-político brasileira era dominada ainda pelo “espírito do clã” e pelo “localismo”, tornava-se impossível,

para Oliveira Vianna, a aplicação a esta sociedade do receituário liberal importado da Europa e/ou dos Estados Unidos. Dessa maneira, como indicou Wanderley G. dos Santos<sup>10</sup>, em 1920 Oliveira Vianna expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. Não existe um sistema político liberal, dirá ele, sem uma sociedade liberal.<sup>11</sup>

Adepto de um Estado forte e centralizador, capaz de outorgar cidadania, Oliveira Vianna não pode conceber a representação política como um espaço de exercício das liberdades. A representação política também deve aparecer como algo que esteja sob o controle do Estado. Introduce então, a idéia de um corporativismo mais afinado com aqueles já existentes no mundo em que ele vivia. Este corporativismo não aparece como o resultado, ou como a modalidade de uma representação política que reúna a totalidade das estruturas sociais e dos indivíduos que a compõe. Ele é composto por segmentos sócio-profissionais organizados, ou seja, por Câmaras ligadas ao mundo do trabalho - a partir dos sindicatos - ou por Câmaras ligadas ao mundo do patronato. É preciso ver que esta estrutura corporativa de que fala Oliveira Vianna, teria também a função de evitar o conflito entre o capital e o trabalho. Afinal, Oliveira Vianna já vive alguns dos episódios marcantes do conflito entre o capital e o trabalho no Brasil, mesmo que o processo de industrialização ainda estivesse longe de dar ao Brasil o perfil de uma sociedade industrial, já dava alguns passos relativamente importantes, ainda que carentes de uma indústria de base.

O mecanismo da representação corporativa, buscava agrupar os indivíduos dentro de determinadas estruturas e são essas estruturas que se fazem representar e não o indivíduo entendido como cidadão. O indivíduo só existe na representação política na medida em que ele integra um determinado segmento sócio-profissional organizado. É aí que a sua voz se faz ouvir. Diluindo o exercício da liberdade cidadã dentro dos segmentos organizados do trabalho e do capital, o que Oliveira Vianna está buscando é um Estado que não tenha que se deparar com as questões do conflito entre o capital e o trabalho. A regulação do conflito se dá pelo entendimento entre as diferentes

câmaras que compõe o modelo de representação corporativo, restando ao Estado um papel de arbitragem quando o consenso não for atingido através do diálogo nas diferentes câmaras. Cidadania regulada e Estado que arbitra, mas que por isso mesmo paira acima dos conflitos. E por pairar acima dos conflitos, é capaz de impor a sua vontade à totalidade da Nação.

Paulo Prado, por sua vez, redigiu *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*,<sup>12</sup> sem qualquer preocupação em propor caminhos a serem trilhados pelo Brasil com a finalidade de se tornar um país moderno. Curioso é que escreve sua obra em meio ao ambiente intelectual paulista dominado pelo modernismo e pelos modernistas. Não é possível, no entanto, caracterizar Prado como sendo um deles. Ele não o era. Ainda que tivesse convivido com Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Tarsila do Amaral e toda a plêiade de modernistas.

Nascido em São Paulo, em 1869, Paulo Prado era o primogênito do conselheiro Antônio Prado, chefe do partido conservador em São Paulo, fazendeiro de café dos mais importantes, e que seria o responsável pela fundação, em 1887, da casa Prado, Chaves & Cia, que se tornou a maior empresa exportadora de café. Coursou a faculdade de Direito do largo de São Francisco em São Paulo, tendo se formado em 1889. Não chegou a exercer a profissão e pouco depois de formado, com o advento da república, estabeleceu-se em Paris na casa do tio Eduardo Prado.<sup>13</sup> Frequentou as cortes européias e o meio intelectual tornou-se amigo de Eça de Queirós. Homem riquíssimo, Paulo Prado foi mecenas de muitos intelectuais e artistas brasileiros, dentre eles alguns dos membros do movimento modernista. Na Europa aprimorou sua formação intelectual, frequentando livrarias e se interessando pelas novidades no terreno das idéias. Em 1897 retornaria ao Brasil, atendendo à solicitação de seu pai para exercer as funções de gerente na firma Prado, Chaves & Cia. A partir de então, sua atividade profissional foi dirigida para o trabalho nesta empresa, na qual ocupou diversos cargos em sua diretoria.

Homem erudito, amante das letras e das artes, Paulo Prado buscou direta ou indiretamente se fazer presente no cenário intelectual brasileiro. Aproximou-se do historiador Capistrano de Abreu de quem se tornou amigo e sincero admirador. Juntamente com Monteiro Lobato dirigiu a *Revista do Brasil* entre os anos de 1923 e 1925 e com Mário de Andrade e Alcântara Machado a *Revista Nova*, entre os anos de 1931/32. Redigiu inúmeros prefácios e foi considerado por Mário de Andrade o grande impulsionador da Semana de Arte Moderna.

De certo que Paulo Prado não era um modernista, mas não poderia deixar de se impregnar pelo espírito da época. Dessa forma, buscava como os modernistas, produzir uma obra cuja finalidade fosse compreender e interpretar o Brasil. Publica, assim, em 1928, o seu *Retrato do Brasil* que sucedeu *Paulística*, editado em 1925. Para Prado, a tristeza era o traço definidor do caráter brasileiro. Na realidade, pode-se compreender essa tristeza não apenas como sendo um estado d'alma, mas sim a representação da ausência, na sociedade brasileira, do espírito empreendedor que caracterizava os povos anglo-saxões.

Prado escrevera bastante influenciado pela obra de seu amigo e mestre Capistrano de Abreu. Procurou, assim, desvendar no caráter do povo e nos traços históricos a razão para a existência dessa tristeza, tão impeditiva do empreendimento. Dividido em quatro capítulos, o autor obra discorreu sobre a luxúria, a cobiça, a tristeza e o romantismo com um post-scriptum conclusivo. Creditava à colonização portuguesa a presença dessa tristeza que caracterizava o brasileiro. Na trilha aberta por Manoel Bomfim, em 1905, ao publicar *América Latina . Males de Origem*, obra na qual o autor fazia uma crítica severa do sistema colonial ao mesmo tempo em que creditava ao colonizador ibérico a raiz dos muitos males que afligiam a América Latina, a obra de Prado detinha-se, também, numa análise meticulosa dos traços culturais implantados pelo colonizador. Este tema seria objeto de nova análise com a publicação no decênio de 1930 das obras de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* e Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, todas obras polêmicas e que grande impacto causaram no meio intelectual brasileiro.

*Retrato do Brasil* apresentava-se como uma leitura extremamente crítica e pessimista da sociedade brasileira, escrita por um integrante da elite política, social e intelectual . A obra foi duramente criticada à época do seu lançamento, de modo que o ambiente intelectual lhe bastante hostil. A crítica mais veemente partiu, porém, do amigo e companheiro de longas jornadas, Oswald de Andrade. A amizade entre os dois chegou mesmo a se romper em razão das duras palavras proferidas por Oswald. O retrato pessimista do Brasil traçado por Paulo Prado, era mais uma tentativa de entender as razões do nosso atraso diante das nações civilizadas que Prado tão bem conhecia.

Começara discorrendo sobre a natureza dos colonizadores que para aqui vieram constituídos por “degredados que abandonavam nas costas as primeiras frotas exploradas, ou naufragos, ou gente mais ousada desertando das naus, atraída pela fascinação das aventuras.”<sup>14</sup> O tema da aventura já fora levantado por Manoel Bomfim e seria uma vez mais retomado por Sérgio Buarque de Holanda. A busca pelo eldorado, representado pelas minas de ouro e prata, só fazia atizar ainda mais este espírito aventureiro, enfim concretizado com a descoberta no século XVIII das Minas Gerais que na concepção de Paulo Prado tanto empobreciam o Brasil.

*“Guerra civil, inomináveis abusos do fisco e do clero, epidemias de fome, em que se morria de inanição ao lado de montes de ouro pelo abandono da cultura e da criação. (...) Olhos fixos na loteria da mina surgindo de repente, a população vivia entre a mais abjeta indolência e frenesi de mineração desordenada. De fato só o negro trabalhava, e este comprava-se a qualquer preço para os misteres da mineração. Abandonava-se a agricultura; o cultivo da cana diminuiu a tal ponto que os mercados que abastecia o açúcar brasileiro sofreram uma crise séria, tendo de recorrer à produção inglesa e francesa, então incipiente. E rapidamente o país se despovoava. No entanto, a exploração das minas continuava a fornecer riquezas fantásticas.”<sup>15</sup>*

O retrato da colonização que surgia da pena de Paulo Prado era extremamente crítico para com a metrópole e o colonizador. A administração metropolitana, sobretudo a local, afirmava ele

*“periclitava em todas as outras funções governamentais. Os representantes do poder real, longe da fiscalização disciplinar de Lisboa, ocupavam-se primeiramente dos proventos pessoais dos cargos que ocupavam. (...) No Brasil avaliavam-se os méritos dos governadores pelas rendas que enviavam à Metrópole, e esta se opunha a qualquer aumento de despesa, mesmo produtiva. Os funcionários superiores, por um abuso tolerado, monopolizavam quase todo o comércio: o próprio clero mercadejava. Daí desordem e conflitos que atrasaram sensivelmente o desenvolvimento colonial. (...)”*

*Luxúria, cobiça: melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a seqüência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abulia, tristeza. (...)”*

*(...) No Brasil, o véu da tristeza se estende por todo o país, em todas as latitudes, apesar do esplendor da Natureza<sup>16</sup>*

A tristeza grassava, no entender de Paulo Prado. Essa característica da alma brasileira interditava que se pudesse aqui estabelecer o espírito dos novos tempos: o empreendimento. Falava mais alto o empresário Paulo Prado. Um empresário com alma de diplomata, um empresário com uma visão cosmopolita, vivendo na cidade capital do estado que se apresentava desde muito como a locomotiva brasileira. A capital do progresso, um estranho progresso centrado na produção e exportação de café. Este mesmo café que propiciou a abertura das estradas de ferro, o incremento do Porto de Santos e

a chegada de imigrantes. Fomentou o processo industrial da cidade de São Paulo ao qual se somaram os imigrantes que para ela se dirigiram saídos das lavouras ou não.

O retrato traçado por Prado construía uma leitura pessimista da sociedade brasileira. Misto de aristocrata e burguês, homem de negócios com ampla visão cosmopolita, Paulo Prado inquietava-se com a ausência do espírito empreendedor. “O nosso próprio antepassado de Portugal, cantador de fados saudosos, enamorado e positivo, é um ser alegre quando comparado com o descendente tropical, vitima da doença, da pálida indiferença e do vício da cachaça”<sup>17</sup>..

Percebia os brasileiros como sendo um povo submisso e débil. Destituído do vigor que caracterizava os povos empreendedores. Creditava parte dessa característica ao colonizador que para aqui veio carregando o sonho do retorno e a saudade da pátria. “ O português transplantado só pensava na pátria d'além mar: o Brasil era um degredo ou um purgatório. (...) Com essa mentalidade, o povoamento se fazia de ádvenas de passagem, que se consideravam vítimas da sorte ou do exílio, irritados ou estupidificados, vivendo uma vida vazia e monótona.”<sup>18</sup> A chegada da corte em 1808 em nada contribuiu, na concepção de Paulo Prado para melhorar esse estado de coisas. Muito pelo contrário, a “ presença da corte, antiquada, pobre, desmazelada, imprimia aos diferentes aspectos da vida fluminense o tom caricatural, que por tão longos anos caracterizou o cerimonial monárquico no Brasil.”<sup>19</sup> Concluía afirmando que:

*“três séculos tinham trazido o país a essa situação lamentável. A Colônia, ao iniciar-se o século de sua independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto.”<sup>20</sup>*

O retrato que traçara do Brasil era mais que triste, era amargo. Paulo Prado ressaltava as marcas que este passado colonial deixaram no Brasil e

via nelas uma barreira difícil de ser transposta e principalmente derrubada. Sugerimos nestas páginas,

*“o vinco secular que deixaram na psique nacional os desmandos da luxúria e da cobiça, e em seguida, na sociedade já constituída, os desvarios do mal romântico. Esses influxos desenvolveram-se no desenfreamento do mais anárquico e desordenado individualismo, desde a vida isolada e livre do colono que aqui aportava, até as lamúrias egoístas dos poetas enamorados e infelizes.”<sup>21</sup>*

No entender de Paulo Prado, a indolência e a passividade da população facilitaram, por outro lado, a unidade e a preservação do território. Em seu *Retrato do Brasil*, ressaltava tema que apenas anos mais tarde a historiografia nele se deteria, o fato de que apenas a metrópole portuguesa tinha o domínio das dimensões do território, e o quanto isto contribuía para a ausência do espírito nacional nos tempos coloniais. Dada a carência de vigor do povo brasileiro, prisioneiro desse sentimento de tristeza e melancolia, o futuro que Paulo Prado descortinava para o Brasil não podia deixar de ser também melancólico. Que papel caberá ao Brasil, perguntava-se ele?

*“O da mais completa ignorância do que se passa pelo mundo afora. Dorme o seu sono colonial. Ainda acredita no embalo dos discursadores, nas teorias dos doutrinários e na enganadora segurança dos que monopolizaram, pela fraqueza dos indecisos, as posições de domínio e proveitos. (...) Apesar da aparência de civilização, vivemos assim isolados, cegos e imóveis, dentro da própria mediocridade em que se comprazem governantes e governados. Neste marasmo podre será necessário fazer tábua rasa para depois cuidar de renovação total.”<sup>22</sup>*

Diferentemente de Oliveira Vianna que pretendeu apresentar um diagnóstico da sociedade brasileira com a finalidade de apontar as mudanças necessárias para transformar o Brasil numa nação moderna, Paulo Prado apenas se preocupava em retratar as características psicológicas da sociedade brasileira, buscando compreender suas raízes. Em um e noutro autor, o colonizador português e a colonização tiveram papel preponderante. Não se trata aqui de ressaltar erros ou acertos nas análises feitas por esses dois intelectuais, mas apenas ressaltar a riqueza da produção intelectual brasileira direcionada para a compreensão da identidade nacional brasileira.

\* Profª Titular de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro..Líder do Grpesq/CNPq. “ Intelectuais e Poder no Mundo Ibero-Americano”.

---

<sup>1</sup> Cf. Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. 2 V.

<sup>2</sup> Paulo Prado. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*. 4ª ed. São Paulo. Cia das Letras, 2001

<sup>3</sup> . Cf. Oliveira Vianna, *Op. Cit.* p. 13.

<sup>4</sup> *Ibidem.*

<sup>5</sup> Cf. Idem, *Instituições Políticas Brasileiras*, 2 V. Belo Horizonte, Itatiaia, Niterói, Ed. UFF, 1987, V-2 p. 129.

<sup>6</sup> Cf.. *Populações Meridionais*, Op.Cit . p. 145. 147.

<sup>7</sup> Cf. Max Weber. *Economia & Sociedade*. Trad. México, Fondo de Cultura Económica, 1974.

<sup>8</sup> Cf. Oliveira Vianna. *Populações Meridionais. op. cit.* p. 58.59.

<sup>9</sup> Idem. *Instituições Políticas* V. 2. op. cit. p. 110.

<sup>10</sup> Cf. Wanderley Guilherme dos Santos. “A Praxis Liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”. In. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*.. São Paulo, Duas Cidades, 1970.

<sup>11</sup> *Ibidem.*

<sup>12</sup> - Cf. Paulo Prado. *Op. Cit.*

<sup>13</sup> Eduardo Prado foi o autor do mais contundente libelo contra o modelo norte-americano, refiro-me ao texto *A Ilusão Americana* publicado em 1890.

<sup>14</sup> - Cf. Paulo Prado. *Idem*, p.67

<sup>15</sup> -*Ibidem*, p.121.

<sup>16</sup> -*Ibidem*, p. 125-143.

<sup>17</sup> -*Ibidem*, p.144

<sup>18</sup> -*Ibidem*, p.145

<sup>19</sup> - *Ibidem*, p.155

<sup>20</sup> - *Ibidem*, p.160-161.

<sup>21</sup> - *Ibidem*, p.195

<sup>22</sup> -*Ibidem*, p. 210-211